

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.681.636 - PR (2017/0153577-0)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : ADEMAR LUIZ TRAIANO**  
**ADVOGADO : MARCELO FONSECA GURNISKI E OUTRO(S) - PR043175**  
**AGRAVADO : XIS OUTDOOR & COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME**  
**ADVOGADOS : ARNI DEONILDO HALL E OUTRO(S) - PR013837**  
**ALLAN DIEGO PILONETTO - PR070606**  
**ANA PAULA DE VASCONCELOS E OUTRO(S) - DF041036**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU A DENUNCIAÇÃO DA LIDE, NOMEAÇÃO À AUTORIA E PRODUÇÃO DE PROVA ORAL. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO PROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial exige a manifestação do Tribunal local acerca da tese de direito suscitada, bem como sobre os elementos fáticos que não podem ser examinados, de plano, na via estreita do recurso especial. Omitindo-se a Corte de origem em se manifestar sobre questões fáticas relevantes, fica obstaculizado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a infringência do art. 1.022 do CPC/2015, a fim de anular o acórdão recorrido para que o Tribunal *a quo* supra as omissões existentes.

2. Agravo interno provido para dar provimento ao recurso especial, anulando-se o v. acórdão proferido em sede de embargos declaratórios, para que outro seja proferido e, assim, sanados os vícios constatados.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo interno para dar provimento ao recurso especial, anulando-se o v. acórdão proferido em sede de embargos declaratórios, para que outro seja proferido e, assim, sanados os vícios constatados, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 03 de março de 2020 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator